

## MEDIDAS

# Gov. facilitará o crédito para pequenos empresários

LORENNA RODRIGUES  
E BERNARDO CARAM/AE

**P**reocupado com o impacto da crise para as pequenas empresas, o governo estuda medidas para tentar fazer com que o crédito chegue aos empresários. A equipe econômica discute ações como a liberação de mais recursos do compulsório e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para este segmento.

Uma das medidas em estudo é ampliar de R\$ 120 mil ao ano para R\$ 360 mil o faturamento das empresas que podem obter financiamentos do chamado microcrédito orientado, que tem taxas melhores e para o qual os bancos podem destinar até 2% dos chamados depósitos compulsórios (dinheiro que os bancos precisam obrigatoriamente depositar no Banco Central).

O valor dos empréstimos também pode subir de R\$ 15

mil para R\$ 30 mil por operação. Outra ação é estimular que o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal utilizem mais recursos do FAT como funding para empréstimos às micro e pequenas empresas. A ideia é também permitir que agências estaduais de desenvolvimento façam essas operações.

A intenção é reduzir o spread, já que hoje grande parte destes empréstimos é feita com recursos do fundo captados pelo BNDES. "O spread ainda é muito alto, isso tem que ser resolvido com urgência", afirma o presidente do Sebrae, Afif Domingos, que tem tido reuniões com o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, para discutir as medidas.

Em janeiro, o governo anunciou um pacote de estímulo ao crédito que incluía a criação de linhas do BNDES para as pequenas empresas, mas a avaliação do setor é que não foram suficientes.

Para Afif, a principal razão

para os pequenos empresários não estarem tomando crédito não é a falta de demanda, mas sim as taxas de juros que ainda são altas. O presidente afirma que as taxas oferecidas pelo BNDES estão em torno de 25% ao ano, mas que o setor acredita que os juros podem cair para 18% ao ano se forem feitas mudanças, como o empréstimo direto pelos bancos repassadores com recursos do FAT.

As medidas devem ser discutidas hoje na reunião do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). De acordo com o presidente do colegiado, Virgílio Carvalho, os 18 conselheiros querem buscar meios para que o mercado seja melhor irrigado com esses recursos.

"Temos que incentivar os bancos. Sabemos que o BNDES tem uma estrutura muito grande e pesada, que ainda falta ação para atender os pequenos", disse. No total, o Codefat autorizou a liberação, em 2016,

de R\$ 3,7 bilhões para programas e linhas de crédito que priorizam as micro e pequenas empresas. A maior parte desses recursos vai para o BNDES.

O banco de fomento explicou que os desembolsos para este segmento de empresas não são feitos diretamente ao empresário por falta de capilaridade de agências. O BNDES encaminha os recursos para os bancos públicos e privados, que posteriormente fazem as operações. Outra modalidade, o cartão BNDES, também depende da operação das instituições financeiras.

O BNDES argumentou ainda que a participação das pequenas empresas nos desembolsos da instituição vem aumentando. Em 2007, respondiam por 24,8% do total; em 2015, superou os 30%. No ano passado, o desembolso total para micro e pequenas empresas pelo banco de fomento foi de R\$ 29 bilhões, sendo apenas uma parte proveniente do FAT.

## BALANÇO

# Caixa Econômica fecha 2015 com lucro de R\$ 7,2 bi

A Caixa Econômica Federal (CEF) alcançou em 2015 lucro líquido de R\$ 7,2 bilhões, valor 0,9% acima de 2014. O retorno sobre o patrimônio líquido médio nos últimos 12 meses foi de 11,4%. Com um aumento de 30,5% nas receitas de crédito e de 44,9% no resultado com títulos e valores mobiliários e derivativos, a margem financeira (valor das receitas menos despesas de captações) atingiu R\$ 41 bilhões, uma alta de 18,9%.

Os dados foram anunciados pela presidente da Caixa, Miriam Belchior. Destacou que o banco conseguiu uma economia de R\$ 2,8 bilhões nos gastos administrativos, o que representa um aumento de 5,6%, abaixo da inflação. Segundo ela, o maior desafio em economia em desaquecimento tem sido reduzir o custo e manter a manter a qualidade do crédito.

O total de crédito chegou a R\$ 679,5 bilhões com alta de 11,9% e uma participação de 20,9% no mercado. Somente para a habitação, os empréstimos somaram R\$ 384,2 bilhões, com um crescimento de 13%.

## Crédito

O vice-presidente de Finanças da Caixa, Márcio Percival, comentou durante a apresentação de resultado da instituição ontem, que a demanda por crédito no banco, tomando por base as consultas feitas por clientes, caiu 27% no ano passado. Segundo ele, na pessoa física, houve retração de 30%. Percival disse também que o banco está, assim como as demais instituições do sistema financeiro, procedendo com negociações de dívida e que o foco tem sido na busca de mais garantias.

O executivo confirmou também a cessão de R\$ 13 bilhões de carteiras, o que representa 2% da carteira de crédito total do banco, parte das quais estavam provisionadas e já carregavam perdas. A Caixa estima crescer entre 7% a 11% sua carteira de crédito em 2016, abaixo da expansão de 11,9% realizada ao longo do ano passado. O guidance de 2015 para a expansão da carteira de crédito era de aumento de 11% a 15%.

Para ativos totais, a Caixa estipulou como guidance um crescimento de 11% a 15%, acima da projeção de 2015, que era de 7% a 11% de expansão. No ano passado, os ativos totais da Caixa cresceram 13%. O banco público tem como meta gerar receitas de prestação de serviços entre 10% a 13% superiores às obtidas em 2015, quando essas re-

ceitas aumentaram 12,6%, dentro da faixa que havia sido estabelecida de expansão de 13% a 16%. Para o Índice de Baseleia, a Caixa estima fechar o ano de 2016 entre 13% a 15%. Em 2015, o índice foi 14,4%, dentro do guidance também de 13% a 15%.

A Caixa tem expectativa de que a inadimplência permaneça no primeiro trimestre no mesmo patamar de dezembro de 2015, disse Percival. O banco público fechou o ano com o índice de inadimplência em 3,55%, acima do patamar de 2,56% de dezembro de 2014. "Esperamos que a inadimplência comece a cair a partir do segundo semestre e que fique no patamar de 3,55% a 3,80% nos primeiros seis meses", afirmou Percival.

A elevação nas despesas com captação de recursos e as despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD) são os eventos mais desafiadores para a Caixa Econômica Federal em 2016, disse Percival.

"As despesas com captação são o maior desafio da Caixa, assim como as com PDD", disse. Ele ponderou, entretanto, que o banco está preparado para isso e tomando medidas voltadas para a redução de seus custos e busca de eficiência.

Segundo ele, do ponto de vista de captação, a queda na arrecadação com a poupança levou o banco a aumentar o funding a partir de outras alternativas mais caras, como as letras de crédito imobiliário e certificados de depósito bancário. As captações alcançaram saldo de R\$ 940,9 bilhões ao final de 2015, crescimento de 15,3% em 12 meses. Percival afirmou que o custo do funding do banco subiu de 75% do CDI para 76,5% do CDI.

A participação das LCLs no funding total subiu de 16% em 2014 para 17% em 2015, enquanto dos CDBs foi para 18%, de 16%. A participação da poupança no funding da Caixa no ano passado caiu, por sua vez, para 39%, de 43% em 2014. A participação no funding da emissão de letras financeiras ficou estável em 7%, de acordo com Percival.

As despesas com provisão para devedores duvidosos (PDD) cresceram 49,5% em 2015, para R\$ 19,657 bilhões. De acordo com o executivo da Caixa, o aumento das despesas com PDD reflete a inadimplência e a provisão prudential, de cerca de R\$ 2 bilhões a R\$ 2,5 bilhões, composta para fazer frente ao cenário macroeconômico desafiador, assim como perdas com Petrosbras e Sete Brasil.

## PROGRAMA

# Juro menor do BNDES para o PIL mina confiança de investidor

VINICIUS NEDER/AE

A redução do custo de capital para os projetos da segunda fase do Programa de Investimentos e Logística (PIL), após o anúncio, na noite de segunda-feira passada, da redução no custo do crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para infraestrutura, pode ser positiva no curto prazo, mas pode também minar a confiança dos investidores, avalia Cláudio Frischtak, da consultoria Inter.B. Nesse caso, o efeito da redução das taxas pode ser mais negativo do que positivo.

Para Frischtak, a sinaliza-

ção de aumento da participação do BNDES como fonte de financiamento à infraestrutura pode passar ao setor privado a percepção de uma "regressão" à política econômica do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, marcado por subsídios e incentivos.

"De um lado, reduz-se o custo de capital e, de outro, reduz-se a confiança. De 2012 a 2014, a confiança (em baixa) foi mais importante do que subsídios e incentivos dessa natureza. Não foi por falta de subsídios e incentivos que a economia não cresceu", afirmou Frischtak.

Segundo o consultor, a ameaça de "regressão" para o

modelo da primeira fase do PIL, com forte participação do BNDES, pode minar a confiança do empresariado mesmo com o governo argumentando que as medidas anunciadas segunda-feira não representam custo fiscal.

Como houve forte queda na demanda por empréstimos do banco de fomento, é possível emprestar mais sem novos aportes agora. "Se o BNDES tem dinheiro em excesso, ele não deveria devolver ao Tesouro?", questiona Frischtak.

Além disso, segundo o consultor, a elevação do custo de capital, seja por causa das novas condições de financiamento adotadas pelo BNDES na virada

de 2014 para 2015, seja por causa do aperto da política monetária que levou a Selic a 14,25%, é apenas um dos obstáculos aos investimentos em infraestrutura no Brasil.

O problema, na visão de Frischtak, é que os outros obstáculos pesam mais e, por isso, o PIL tende a seguir travado. São eles a elevação da percepção de risco macroeconômico, sinalizado pela perda do grau de investimento junto às agências de risco; o risco regulatório, elevado pelo enfraquecimento das agências reguladoras e pelas constantes mudanças nas regras; e o risco político, associado à crise atual.

## CRÉDITO

# Gov. volta a usar bancos públicos para reanimar economia

LU AIKO OTTA/AE

O governo deu início a uma nova ofensiva para tentar reanimar a economia com o uso de crédito dos bancos públicos. Ontem, a Caixa anunciou que o limite para financiamento de imóveis usados passará de 50% para 70% e que vai voltar a dar crédito para quem quiser comprar um segundo imóvel.

Na segunda-feira passada o BNDES já havia anunciado a redução das taxas para obras de infraestrutura. Além disso, devem ser aprovadas hoje, novas regras para o microcrédito.

O aumento do crédito é há tempos uma demanda do Partido dos Trabalhadores, que acredita ser essa uma forma de criar uma "agenda positiva" e fazer a economia avançar. No ca-

so do BNDES, segundo o secretário executivo do Ministério da Fazenda, "as medidas se justificam para dar mais dinamismo aos investimentos do País".

Na casa própria, o argumento é o mesmo: a presidente da Caixa, Miriam Belchior, estima que este ano serão financiadas 64 mil unidades habitacionais a mais que no ano passado.

Mas há sérias dúvidas entre os analistas se essas medidas vão realmente surtir algum efeito. "As medidas são bastante limitadas. A incerteza elevada na economia e na política reduz muito a eficácia de qualquer política pública.

Quem vai investir se não sabe para onde vai o câmbio, os juros? Quem vai comprar casa se há maior medo de perder o emprego?", afirma Zeina Latif,

economista-chefe da XP Investimentos.

Mas, a despeito dessas avaliações, as iniciativas devem prosseguir e outras medidas do tipo estão no forno. A negociação com governadores para alongar o prazo de pagamento das dívidas, se concretizada, vai abrir espaço para que eles voltem a tomar empréstimos voltados ao investimento.

Ontem, ao receber integrantes da bancada do PT na Câmara, que pressionaram por medidas para combater o desemprego, o ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, disse que enviará um projeto de lei expandindo os gastos públicos em R\$ 9 bilhões.

Os recursos serão utilizados para bancar obras do Programa de Aceleração do Cresci-

mento (PAC) que já estão em andamento. O dinheiro depende, porém, da aprovação, pelo Congresso, do projeto de lei que autorizará a redução da meta fiscal deste ano.

Diante do acirramento da crise política, Barbosa orientou a equipe a prosseguir com a elaboração de medidas. Mas se depara com duas muralhas. Na área de estímulo ao crédito, o problema é a falta de confiança.

E aquelas que dependem de alteração na lei vão para um Congresso cuja agenda é cada vez mais dominada pelas discussões em torno do impeachment da presidente Dilma. Na frente legislativa, a Fazenda reconhece que a tramitação das propostas vai ficar mais difícil, e a estratégia é intensificar o diálogo.

## Flash

**VENDAS DE PAPELÃO ONDULADO CAEM 3,85% EM FEVEREIRO**

As vendas de papelão ondulado - caixas, acessórios e chapas - tiveram uma

queda de 3,85% em fevereiro de 2016 na comparação com o mesmo período de 2015, para 244,612 mil toneladas. Na comparação com o mês

exatamente anterior, janeiro, houve recuo de 5,13%. Os dados são prévios e foram divulgados nesta terça-feira, 8, pela Associação Brasileira de Papelão Ondulado

(ABPO). No acumulado de janeiro e fevereiro deste ano, as vendas acumulam um recuo de 5,47% na comparação com igual intervalo de 2015, com 502,440 mil toneladas.

**POLO CAPITAL SECURITIZADORA S.A.**  
CNPJ/MF 12.261.588/0001-16 - NIRE 33300294163  
Código CVM 22160

**Editais de Convocação.** Assembleia Geral de Titulares de Certificados de Recebíveis Imobiliários. A Polo Capital Securitizadora S.A. ("Emissora"), na qualidade de emissora dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 13ª Série de sua 1ª Emissão ("CRI"), com fundamento nos itens 11.1, 11.2 e 11.4 do respectivo Termo de Securitização de Créditos da 13ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Emissora ("Termo de Securitização"), convoca os investidores dos CRI a reunirem-se em assembleia geral, a ser realizada em 1ª convocação no dia 29 de março de 2016, às 10h00, e, em 2ª convocação no dia 06 de abril de 2016, às 10h00, na Avenida Ataulfo de Paiva 204 - 10º andar, Leblon, CEP 22440-033, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para deliberarem a seguinte ordem do dia: i) aprovação da solicitação feita pela KPFR Participações e Empreendimentos Imobiliários S.A. ("KPFR"), na qualidade de devedora do financiamento imobiliário que lastreia os CRI, para alteração das condições de seu pagamento nos seguintes termos: (a) alongar o prazo de carência do pagamento da amortização do principal e dos juros remuneratórios em 18 meses, iniciando a amortização em 16 outubro de 2017, com 12 pagamentos mensais e consecutivos, terminando em 17 de setembro de 2018; (b) exclusão do prêmio de liquidação antecipada previsto na fórmula do subitem 3.1(xiv) do Termo de Securitização; e (c) pagamento de tarifa de repactuação pela KPFR aos investidores, no valor correspondente a 1,00% do preço de subscrição dos CRI; ii) celebração e formalização de termos aditivos aos contratos vinculados aos CRI, para refletir as alterações das condições de pagamento dos CRI e do crédito imobiliário que constitui o seu lastro, conforme descrito no item "i" da ordem do dia; e iii) autorização ao Agente Fiduciário, à Emissora, à KPFR e às demais partes, para celebração dos termos aditivos referidos no item "ii" da ordem do dia e de outros documentos necessários ao cumprimento das deliberações tomadas nesta assembleia. Os investidores dos CRI deverão se apresentar na data, horário e local acima indicados, portando os documentos que comprovem sua condição de titular de CRI. Aqueles que se fizerem representar por procuração deverão entregar o instrumento de mandato com poderes específicos para representação na assembleia geral objeto desta convocação, devidamente assinado e com firma reconhecida, na sede do Agente Fiduciário, localizada na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 08 - Ala B (Ed. Genève), salas 303/304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da assembleia, bem como encaminhar os documentos de representação para o correio eletrônico: assembleias@pentagonotrustee.com.br. Para maiores informações poderão ser enviados e-mails para ri-securitizadora@polocapital.com. Rio de Janeiro, 9 de março de 2016. Polo Capital Securitizadora S.A.